

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 409

02 de dezembro de 2017

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Esta é, ao mesmo tempo, a aula normal do COF e a última aula do curso sobre o Mário Ferreira dos Santos. Como de costume, e como essas duas aulas coincidem, eu costumo dar na aula do sábado um breve resumo do que foi dado no curso presencial, de modo que aqueles que ainda possam a vir se interessar pelo curso tenham uma idéia do que vão encontrar.

Neste curso, eu dei uma idéia geral da estrutura da obra do Mário Ferreira dos Santos, tentei delinear a forma da [sua] vocação filosófica (que faz dele eminentemente não só um platônico, mas, no meu entender, o maior dos platônicos que existiram ao longo de toda a história – não há nenhum, de fato, que se compare a ele). Dizer que Mário Ferreira é um platônico é também demarcar a diferença (e não a divergência) que me separa dele, diferença que é menos do conteúdo das nossas filosofias respectivas, mas da direção geral que nós tomamos. A grande ambição do Mário foi construir o grande sistema (que ele, primeiro, chamou de filosofia concreta e, depois, de *mathesis megiste*, ou ensinamento supremo), que é uma série de lei ontológicas, cuja estrutura é idêntica a da simples série dos números (p.ex.: lei nº1, lei nº2, e assim por diante), porque ele entende os números não apenas como expressões da quantidade, mas como, e obviamente eles são também, formas lógicas (pelo fato de que qualquer quantidade de elementos, dependendo de qual seja essa quantidade, demarca um conjunto de propriedades internas dessa quantidade, como, por exemplo, o fato de que três pontos, se não são dispostos em linha, formam um triângulo, e daí se seguem todas as propriedades do triângulo que são estudadas na trigonometria – e não há como isto não acontecer).

Então, partindo da idéia de que os números são formas lógicas, Mário transpõe isto para a idéia de que essas formas lógicas expressam também a estrutura dos objetos que possam ser descritos por um certo número de elementos, ou seja, por uma quantidade. Na medida em que a forma de um ente qualquer possa ser descrita matematicamente, este objeto estará sujeito às várias leis que são expressas por esse número e que podem ser deduzidas de dentro desse número. Daí Mário extrai, nos seus livros finais, as várias leis eternas, como ele as chama.

Eu acho que a demonstração que o Mário dá disto é inteiramente irrefutável. Porém, eu devo protestar contra um indivíduo que disse que a obra do Mário é similar à *Ars Magna* de Raimundo Lúlio, a qual, mediante a combinação de alguns conceitos e princípios básicos, pretende, em última análise, obter a resposta a todas as perguntas filosóficas possíveis. Esta não é de maneira alguma a ambição do Mário Ferreira, mesmo porque essas leis eternas estão colocadas no mais alto nível de abstração e, delas, não há como deduzir nada a respeito de nenhum objeto singular. Por exemplo, [para] conhecer a forma de um objeto singular só tem um jeito, que é pela experiência desse objeto; nós sabemos que um urso tem forma de urso, e uma minhoca tem forma de minhoca, não porque deduzimos isto das leis eternas, mas porque

nós os observamos, e, em seguida, podemos inserir isto dentro do quadro das leis eternas, e tirar uma série de conclusões sobre aspectos e propriedades necessários do ente assim descrito (seja ele um urso, uma minhoca, uma figura geométrica, a constituição de um país, uma situação econômica). Mas as leis eternas jamais dão, por si, a solução de qualquer problema que seja.

Fica aí, brevemente descrita, a vocação filosófica do Mário Ferreira dos Santos. Tenho a impressão de que, tendo em vista essa vocação, a unidade da obra dele começa a aparecer de uma maneira muito mais nítida. Mais nítida até do que o modo como a descrevi no prefácio do livro *A Sabedoria das Leis Eternas*, onde confesso que fui ajudado: descobri a estrutura do que o Mário chamou de *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (que é a sua obra final) não por uma dedução que eu tenha feito, mas simplesmente porque encontrei, entre os escritos dele, um papelzinho com os títulos dos dez livros finais. Então, observando que o Mário tinha feito uma série de dez livros no início (que começa com *Filosofia e Cosmovisão*, depois *Lógica e Dialética* etc.), a ordem desses livros imita, por assim dizer, a estrutura lógica de cada um dos números que define os vários volumes (unidade, dualidade, trindade etc.). E o Mário fez uma lista dos dez livros que pretendia escrever no final, e que acabou escrevendo mesmo – e esta é uma característica da obra dele: Mário Ferreira escreveu tudo o que prometeu escrever, com uma ou duas exceções. Desses dez livros finais, ele publicou apenas três, e eu publiquei mais um (*A Sabedoria das Leis Eternas*), em seguida do qual há outros (*Tratado de Esquematologia, Teoria Geral das Tensões*), terminando no volume final chamado *Deus*, que seria um livro de grandes proporções, no qual ele aproveitaria, inclusive, parte de um livro, *Teses da Existência e da Inexistência de Deus*, escrito muito antes de ele ter a intuição da filosofia concreta, o qual publicou sob o pseudônimo de Charles Duclos (personagem histórico muito anterior, que evidentemente não pode ter escrito este livro). O Mário escreveu vários livros com pseudônimo no início da sua carreira.

Eu também enfatizo, e nunca será demais enfatizar, a diferença entre os livros da primeira fase do Mário e os livros que ele escreveu após ter tido a intuição da filosofia concreta. Os familiares dele me contaram que o Mário estava fazendo uma conferência, e que, de repente, ele parou a conferência dizendo que precisava ir para casa escrever um negócio, porque tivera uma idéia. A idéia era a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* inteira. Na primeira fase, existe um Mário muito mais literato do que [ele o seria] depois; os textos são mais caprichados, mais elegantes, e têm alguma pretensão literária, que os livros da fase final não têm de maneira alguma, mesmo porque – insisto [neste ponto] – todos eles foram feitos a partir de gravações transcritas, sejam gravações de aulas, sejam gravações feitas em casa com um gravador (imenso, com fitas de trinta centímetros de diâmetro). Transcrições que eram feitas pela esposa, pela filha, ou por qualquer outra pessoa, seguidas de uma correção superficial [pelo próprio Mário], e mandadas [assim] para a gráfica, na esperança de que, depois da sua morte, dizia ele, viria alguém consertar o estado editorial daqueles textos.

Obrigação da qual a chamada *É Realizações* fugiu covardemente, publicando os livros apenas no estado em que estavam na última edição feita em vida do autor. Critério que, para outros escritores, é perfeitamente válido, supondo-se que o escritor trabalhou os seus textos até um estágio que ele considerou final ou imelhorável¹, pelo menos em vida dele, de modo que a obra literária adquirira uma forma final. Na verdade, a obra literária é esta forma final, e não outra coisa; por exemplo, para se compreender uma peça de Shakespeare, não é preciso saber as edições anteriores, supondo-se que a última é a expressão final da vontade do autor. Mas,

¹ Em português, não sei se existe esta palavra. “Em galego, escreve-se *inmellorable* no *Dicionario da Real Academia Galega*.” (fonte: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/imelhoravel/19638>).

no caso do Mário, ele mesmo deixou claro que o estado em que estavam os seus textos, mesmo nas suas últimas edições, não era o estado final ideal, o qual, ele diz, precisaria ser alcançado depois da sua morte. O Mário tinha uma grave doença cardíaca, era um homem enorme, e sabia que não ia durar muito, como, de fato, morreu prematuramente aos 61 anos.

Isto quer dizer que os textos do Mário Ferreira, além da dificuldade intrínseca do assunto, além do pesado vocabulário escolástico [empregado], além da meticulosidade das suas demonstrações (que, às vezes, chegam até a serem um pouco sufocantes), ainda tem o problema de que os textos estão muito mal preparados. Isto porque os textos não estão terminados: todos eles devem ser considerados apenas rascunhos.

Mas não é a primeira vez que isto acontece. [Com] as obras de Jakob Böhme, [acontece] a mesma coisa. Mas, no caso de Böhme, ele era analfabeto, ou, pelo menos, semi-analfabeto [10:00] (ele nunca aprendeu completamente a ler). Os seus textos estão num estado muito ruim, mas, ao mesmo tempo, são textos fundamentais da Filosofia. Agora, o incrível é que ele recebia visitas de um anjo, que lhe ensinava certas coisas, de modo que ele, sem nunca ter estudado nada, sabia os nomes gregos das plantas, por exemplo. Claro que o valor filosófico das obras de Böhme é inegável, mas alguém teve de consertar seus textos de alguma maneira.

Mas a *É Realizações* tem publicado nos últimos dias alguns fac-símiles de originais do Mário Ferreira com muitas correções, e [o pessoal da editora, então,] defende a tese de que o Mário escrevia pessoalmente e fazia correções meticulosas. Só que os originais mostrados são de 1940, e eu estou me referindo às obras da fase final. Quem quer que leia os primeiros livros dele e os da fase final verá um contraste entre a qualidade literária, que caiu formidavelmente, e a importância filosófica, que aumentou infinitamente. Muitos dos livros do Mário, como *Assim Deus Falou aos Homens*, *O Homem Que Nasceu Póstumo* (que ele escreveu sobre Nietzsche), e à tradução, com comentários, que fez de *Assim Falou Zaratustra*, [exibem] uma inteligência que está em elaboração, buscando a sua forma, mas que, de fato, só a encontra no momento em que o Mário decide escrever a *Enciclopédia*.

A simples decisão de escrever uma obra magna em mais de cinquenta volumes, e de dar, à sua parte final, o título de *mathesis megiste*, já é suficiente para mostrar que, no início desse trabalho, o Mário fez uma descoberta muito importante e encontrou, finalmente, a forma da sua vocação filosófica. Isto não é nenhuma grande novidade, porque a filosofia não é coisa para jovens, e sim uma coisa que o indivíduo treina a vida inteira e só chega à maturidade depois dos cinquenta anos de idade. As grandes obras de filosofia foram todas escritas por homens maduros, não por jovens. Quando aparece uma vocação jovem, como a de Schelling, o preço é altíssimo: ele teve de refazer quatro vezes a sua filosofia, até acertar a mão apenas nos dois livros finais, *A Filosofia da Mitologia* e *A Filosofia da Revelação* – isto após ter sido até um filósofo da moda (ele fez um sucesso enorme no início da carreira), coisa da qual ele deve ter se lamentado, porque o que Schelling disse então não era o que ele queria dizer (ou seja, aquelas idéias estavam em formação quase no subconsciente, e só vêm à tona muito mais tarde). E isto tudo é bastante normal. Portanto, não há nada de estranho que o Mário só tenha acertado a mão a partir do ano de 1954, quando ele tinha 47 anos (uma boa idade para chegar à maturidade filosófica).

Ortega y Gasset disse que o filósofo tem as suas primeiras vagas intuições por volta dos vinte e sete anos – mas isto não quer dizer que ele tenha a posse da sua filosofia ainda. Em seguida, o filósofo terá de compreender aquilo que intuiu (compreender o que apreendeu), até chegar ao ponto de ter a plena expressão verbal. Plena expressão verbal que o Mário jamais alcançou: se tivesse alcançado, os livros da fase final teriam o mesmo valor literário de algumas das obras

da primeira fase. Na primeira fase, o Mário caía naquela classificação que a USP chamava de beletrista, o pessoal da USP dava aquela formação filológica, inteiramente baseada na leitura e análise de textos clássicos da Filosofia, e dividiam os pensadores em filósofos profissionais (que eram os próprios uspianos) e beletristas (que eram os outros, supondo que fossem autores não tão filosóficos como literários, com uma espécie de pensamento filosófico frouxo, sem a exigência da demonstração).

Até o início da primeira série da *Enciclopédia*, o Mário era realmente um beletrista (seus livros estavam [somente] cheios de idéias). Só a partir dessa fase que ele assume o dever da demonstração, suplantando [nessa atividade] infinitamente o que o pessoal da USP poderia imaginar em matéria de rigor filosófico. Na verdade, o rigor filosófico uspiano ficou sempre no rigor da análise textual, que era algo muito bem feito, sem sombra de dúvida – mas que não constitui filosofia ainda. Paulo Arantes, no livro *Um Departamento Francês de Ultramar*, confessa que a USP nas suas várias décadas de existência não produziu nenhum filósofo, mas produziu, diz ele, alguns excelentes historiadores da filosofia. Eu não vi nenhum: no Brasil, não há nenhuma história da Filosofia digna de comparação com os clássicos da história da Filosofia, como Émile Bréhier, Eduard Zeller, Theodor Gomperz, Friedrich Wilhelm Schubert, (...) – não há nada disso. O que se tem são algumas obras parciais, de estudos históricos parciais, muito bem feitos, dos quais o melhor, sem dúvida, é o do Lívio Teixeira, *Ensaio Sobre a Moral de Descartes*, feito logo no início da USP – depois não saiu nada que sombreesse com os clássicos da história da filosofia. Eu faço uma exceção para os livros do Rubens Rodrigues Torres sobre Schelling, porque era (ou é, não sei se ele está vivo ainda) um estudioso muito sério. Mas isto é tudo. Se for pegar o que a USP produziu [mais outro autor], tem umas especulações muito esquisitas do José Arthur Giannotti sobre a dialética do trabalho em Karl Marx [(em *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*)], que até hoje não sei onde ele pretendia chegar com aquilo, e a tese da Marilena Chauí sobre Espinoza, que é um negócio absolutamente descosido, são mil páginas caóticas [em que ela] começa uma coisa, depois parte para outra, e que, também, até hoje não sei onde ela queria chegar com aquilo.²

Então, não era injusto que o Mário, até os 47 anos, pudesse ser chamado de um beletrista ou de um ensaísta literário com algumas ambições filosóficas. Mas, de repente, essa ambição filosófica se realiza, e ele se torna, então, não só o maior filósofo brasileiro, como um dos maiores do mundo, e, dentro da linhagem platônica, sem dúvida, o maior.

Então, foi isto mais ou menos o que expliquei no curso. Entrei em alguns detalhes maiores, que não vou poder reproduzir nesta aula, sobre os dois métodos que o Mário inventa a partir de concepções pitagóricas. Concepções cuja historicidade ele não garante, ou seja, o Mário não garante que aquele tenha sido realmente o pensamento da escola pitagórica, ou o pensamento do próprio Pitágoras. Mas se aquilo não foi o que Pitágoras pensou, é o que ele deveria ter pensado a partir dos seus próprios princípios, ou o que ele pensaria hoje se estivesse vivo. E dizer pitagorismo é a mesma coisa que dizer platonismo, porque há uma profunda continuidade entre uma escola e outra - tudo isto sempre inspirando-se na matemática, a qual foi também a grande inspiração do próprio Mário Ferreira.

Foi isto basicamente o curso sobre o Mário, a respeito do qual eu ainda responderei a perguntas nesta aula (perguntas de Alunos que fizeram o curso; os outros, podem perguntar sobre outras coisas).

² Talvez, fosse somente uma demonstração de força, no sentido de mostrar que ela era capaz de escrever um livro de mil páginas; o único sujeito, no universo, que leu este livro fui eu: nem a mãe dela leu, e sei porque conheço a mãe da Chauí, que estava interessada em culinária, era uma excelente cozinheira; aliás, a Chauí publicou um livro de receitas dela e da mãe, e acho que as receitas eram todas da mãe dela.

Também aproveitei esta breve sondagem da filosofia do Mário Ferreira para reafirmar a minha própria definição da filosofia, que, no meu entender, é a única aceitável. Qualquer manual de filosofia, qualquer introdução à filosofia, ou muitos livros de história da filosofia, começam com o problema de não ser possível oferecer uma definição prévia da filosofia, porque ela se definiria a si mesma, sendo considerada, às vezes, como uma espécie de concepção geral do mundo, outras vezes, como uma crítica das concepções do mundo, outras ainda, como unificação dos sistemas das ciências – e um diz que ela é uma coisa, outro diz que é outra, em suma: a filosofia seria [20:00], em grande parte, uma discussão dela mesma, motivo pelo qual não seria possível dar nenhuma definição da filosofia. Todas as introduções à filosofia terminam assim. E achei que toda essa dificuldade vinha do fato de querer definir a filosofia pelo conteúdo das doutrinas filosóficas, o que é um absurdo, porque a divergência filosófica começa já nos pré-socráticos, e se prolonga ao longo dos séculos – as diferenças entre os filósofos são muitas.

Não só a diferença de conteúdo, mas de vocação: eles não estão fazendo a mesma coisa. Eu já mencionei no COF o livro do Wolfgang Stegmüller que descreve a fragmentação progressiva do campo filosófico desde o século XIX. Então, se já era difícil definir a filosofia até o século XIX, torna-se impossível defini-la quando os filósofos não apenas estão falando de coisas diferentes, mas não há um campo comum sobre o qual possa se estabelecer um diálogo. O que seria um diálogo filosófico entre Nikolai Berdiaev e Ludwig Wittgenstein (ou qualquer outro descendente da Escola Analítica)? Não tem diálogo; não que eles não estejam falando a mesma coisa: eles não estão fazendo a mesma coisa. Portanto, a filosofia, neste sentido, designaria até várias atividades diferentes.

Porém, se se pensar em termos de atividade, há algo que todos os filósofos estão fazendo, queiram ou não, sabendo ou não, que é a busca da unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa. Por que o “vice-versa”? Porque, à medida que o filósofo se esforça para unificar o e dar um sentido unificado ao conhecimento - não ao conhecimento todo de sua época (o que é impossível), mas ao conhecimento disponível a ele -, ele também vai formando e aprimorando a sua própria consciência.

Também expliquei que este esforço não visa de maneira alguma a criar uma doutrina unificada que seja obrigatória ou cogente para toda uma época, ou para toda uma civilização. Esta é uma ambição mais própria das ciências: quando uma ciência chega a uma determinada conclusão, que se estabelece como consenso entre os seus praticantes, subentende-se que as teses assim encontradas têm uma validade cogente, e podem ser até alegadas como provas, digamos, em processo judicial; então, quando a ciência dá uma opinião que é considerada estável e durável, senão final, isto tem uma autoridade pública.

Ora, a filosofia não tem essa autoridade pública. Ela tem autoridade para as pessoas que participam da sua atmosfera, ou seja, para as pessoas que estão lidando com os mesmos problemas do filósofo e que sentem o vigor daquele esforço unificante que ele está fazendo. Mas nenhuma conclusão filosófica é obrigatória para ninguém. Isto porque, quando se fala em unidade do conhecimento, é o conhecimento disponível em cada época, o qual varia de época para época, de lugar para lugar, e de pessoa para pessoa. Ou seja, nem todos os filósofos tem acesso aos mesmos conhecimentos. Se for feito um estudo sobre qual era o horizonte de consciência de tais e quais filósofos (ou seja, quais eram os dados dos quais tal e qual filósofo estavam informados), será possível ver que esses horizontes variam enormemente. Por exemplo, Theodor Adorno estava muito mais informado sobre música do que sobre física, e Bertrand Russell entendia muito mais de física do que de música – e o universo de

conhecimentos que eles estavam tentando unificar não era o mesmo; era o universo de conhecimentos que chegou a eles.

Por que, então, existe esta atividade [de busca da unidade da consciência na unidade do conhecimento, e vice-versa (a Filosofia)]? Porque o próprio progresso das ciências, o desenrolar da história e o desenrolar total dos fatos cria insistente e permanentemente o caos e a confusão. Qualquer descoberta científica não se encaixa num quadro preexistente; ela se refere a um ponto em particular, pouco importando as consequências que tal descoberta vai ter sobre o resto da cultura. Por exemplo, as pessoas que estuda a inteligência artificial e que está criando robôs: esta é a função delas, e elas estão demonstrando a possibilidade da inteligência artificial, criando máquinas que desempenham certas tarefas – [esta é a função dessas pessoas], e elas não têm nenhuma obrigação de explicar os efeitos sócio-culturais, psicológicos, civilizacionais das suas descobertas: isto é para outra pessoa – o filósofo.

Acontece que esta contínua produção do caos, da confusão, da fragmentação – que são resultados do próprio caráter entrópico da história humana – cria uma situação na qual alguma busca da unidade é indispensável. É impossível encontrar uma unidade doutrinal que abranja a cultura inteira e que seja obrigante para todos. Mas alguma unidade é necessária. Então, os filósofos são aqueles que mantêm, de geração em geração, este mínimo de unidade e coerência, sem o qual a humanidade simplesmente enlouqueceria.

Por isso mesmo que a filosofia é uma atividade absolutamente indispensável, e, se a sua ambição fosse criar uma doutrina obrigante para todos, seria uma tarefa [atividade] absolutamente utópica. Mas ela não o é, apesar de terem havido alguns filósofos que pretenderam criar tal doutrina – mas isto não é a norma. O filósofo pretende apenas unificar o conhecimento disponível para ele, de modo que ele mesmo não se perca no conjunto – isto é tudo o que um filósofo faz. Existe uma belíssima conferência do Josiah Royce, que é o maior filósofo americano, na qual ele explica a sua vocação filosófica nos termos que são quase os da minha definição, dizendo que a filosofia, no entender dele, não tem por missão criar uma doutrina universal válida, mas apenas expor a coerência que o próprio filósofo conseguiu enxergar no conjunto das coisas – esta já é, de certo modo, a minha definição.

Houve filósofos que pretenderam criar doutrinas universalmente obrigantes, particularmente, os da época clássica, como Descartes, Leibniz e outros. Nunca conseguiram, evidentemente: o sujeito publicou a sua filosofia, no dia seguinte já se percebem as limitações dela, e alguém terá de tomar uma direção completamente diferente. Isto é próprio das filosofias: serem incompletas e, portanto, requererem uma continuidade.

O estudo das filosofias anteriores ao nosso advento no mundo tem uma utilidade extraordinária. Primeiro, porque tais filosofias já estão incorporadas no repertório do caos existente. Isto quer dizer que nós nos defrontamos com uma discussão filosófica que prossegue há milênios, e que às vezes tem certos pontos em comum, às vezes há divergências também, e isto está incorporado na cultura, ou seja, no repertório disponível dos conhecimentos (as próprias filosofias, uma vez publicadas e incorporadas no mundo da cultura, tornam-se conhecimentos). Em segundo lugar, porque os filósofos têm de passar pelas filosofias anteriores para aprender a técnica filosófica, já que ninguém a aprende sozinho, e esta técnica também não surgiu do nada (ela foi se formando aos poucos [ao longo do tempo]). Por exemplo, Aristóteles funda a ciência da Lógica tal como a conhecemos hoje, mas, após mais de um milênio, ela é monstruosamente aprimorada pelos escolásticos, e, passados mais setecentos anos, surge, com Frege, a lógica matemática, que provoca mais um salto naquela ciência. A Lógica faz parte, evidentemente, da técnica filosófica, e ela não é uma

coisa estável e estática – ela também progride, às vezes, em direções completamente imprevistas.

Mesmo a técnica da leitura dos textos filosóficos se aprimora muito. Até o advento da moderna ciência histórica, com Leopold von Ranke, no começo do século XIX, não havia muita consciência da documentação fidedigna dos textos [30:00] filosóficos. Durante a Idade Média e a Renascença, os textos circulavam com atribuições autorais completamente fictícias; existem muitos livros que eram atribuídos a Aristóteles, como a tal *Teologia de Aristóteles*, que circulou durante séculos, mas que ele nunca escreveu. Só a partir do advento dos primeiros humanistas, ao redor do século XVI, começa a surgir a consciência da necessidade de a atribuição autoral ser fidedigna e de se ter textos mais confiáveis. Porém, as verdadeiras técnicas só surgem depois de von Ranke, com a idéia do aprofundamento da crítica histórica (que hoje é uma técnica altíssimamente desenvolvida). Então, até o modo de se ler os filósofos do passado não permanece idêntico – ele também se modifica, e o sujeito que entra na ocupação filosófica tem a obrigação de assimilar esse progresso da técnica de leitura para ter certeza de que está entendendo bem os filósofos do passado. Mesmo que o entendimento leve a uma conclusão como aquela a que cheguei no estudo sobre Maquiavel: é impossível entendê-lo, porque ele próprio não se entendia – o que não quer dizer que Maquiavel fosse uma besta quadrada. Isto porque um sujeito, cuja mente é fragmentária e incoerente, pode ter idéias isoladas absolutamente brilhantes. Eu acho também que este é um pouco o caso de Nietzsche. Quando o famoso secretário de Edmund Husserl, Eugen Fink, escreveu seu livro sobre Nietzsche, disse que ali não havia uma filosofia, mas cinco filosofias diferentes. A própria ausência de coerência não depõe necessariamente contra o filósofo, mesmo porque Nietzsche era contra a coerência. Então, [este é um filósofo que] vale pelas diversas idéias brilhantes que soltou, as quais não são possíveis de serem unificadas (por isso dizer “a filosofia de Nietzsche” ser uma metonímia; há aspectos em que ele é um filósofo, há outros, em que não é).

Isto significa que a experiência histórica confirma que a filosofia nunca foi outra coisa senão a busca da unidade do conhecimento na unidade de uma consciência, e evidentemente nas consciências daqueles que têm um acesso mais próximo às filosofias (digamos, o círculo de interessados em Filosofia, como o de Sócrates, ou os Alunos do COF). Na medida em que eu consigo dar alguma coerência ao conjunto de conhecimentos que chegam a mim, meus Alunos participam disso de algum modo. Mas é evidente [, também,] que a próxima geração vai ter de resolver os seus próprios problemas, os quais certamente são os nossos mais alguns que não são os nossos, porque nós nem os conhecemos.

Aluno: Professor, você acha que o pitagorismo anterior a Platão teve a mesma intuição ferreiriana? Ou que os pitagóricos pré-platônicos tivessem pelo menos a dimensão conquistada pela segunda navegação platônica (em referência ao Reale), e que, para eles, a dimensão físico-natural ainda não estava separada da metafísica (e, portanto, é impossível saber disto)? Li há pouco tempo num artigo da Stanford que todos os fragmentos de Filolau e Arquitas, que Mário Ferreira usa em Pitágoras e o Tema do Número, são unanimemente considerados espúrios e falsificações elaboradas já na antigüidade tardia. Também, na História da Filosofia Antiga, Giovanni Reale sustenta a mesma posição; já quanto a outras histórias da filosofia, pelo menos em Copleston, encontrei a mesma coisa. Qual a sua opinião sobre isto?

Olavo: Há duas perguntas. Primeira, se os pitagóricos antigos já tinham chegado a essa concepção metafísica [do Mário], eu não sei e não dá para saber. Analogicamente, parece que

sim. Todos os textos dessa época eram tremendamente compactos, e pode-se interpretá-los numa chave simbólica e ver neles antecipações do que viria a ser dito muito tempo depois – isto é possível [de se fazer]. Agora, o Mário Ferreira deixa claro que não está pretendendo reconstituir o pitagorismo histórico, mas apenas o pitagorismo ideal. Na verdade, parece que ele foi muito além de Pitágoras. Enfim, é o pitagorismo do Mário Ferreira.

Mas, se isto tem ou não uma consistência histórica, é um problema a ser resolvido, mas que não afeta em absolutamente nada a filosofia do Mário Ferreira. É como o livro de Heidegger sobre o Nietzsche, em que ali é a filosofia do primeiro, sem talvez não ter nada a ver com o último (o Nietzsche histórico), mas que é um livro importante como um livro de filosofia de Heidegger. Também, existem muitos aspectos na filosofia de Santo Tomás de Aquino em que ele se afasta de Aristóteles pensando ser fiel ao “Filósofo” - mas, digo eu, isto não importa, porque Santo Tomás ainda estava fazendo a sua própria filosofia, e não tinha nenhuma obrigação de fidelidade histórica a Aristóteles.

Quanto à segunda pergunta (em relação aos textos), é verdade: muitos desses textos são considerados apócrifos. Mas, de novo, se não há ambição de documentação histórica não há problema [algum em tomar como válidos os conteúdos desses textos]. Se alguém diz que Pitágoras pensava de tal ou qual maneira, caso o Pitágoras [real] não pensasse desta maneira, pelo menos aquele alguém certamente pensava, e isto vale, de algum modo, como uma intenção de um sujeito que se achava pitagórico e que disse que Pitágoras deve ter pensado de tal ou qual maneira – que é, exatamente, o que o Mário está fazendo.

Então, a questão histórica é uma, e a questão filosófica é outra. Claro que há implicações entre uma e outra: se alguém afirmar [o modo de pensar historicamente verdadeiro dos pitagóricos], isto terá de modificar toda a história da filosofia. Mas o Mário não [chega a afirmar nada neste sentido].

Aluno: É necessário, para ler a obra de Mário Ferreira, ter antes um conhecimento filosófico básico (além deste curso, claro)? Quais os livros do Mário pelos quais se deve iniciar o estudo da sua obra?

Olavo: Eu acho que ler o Mário sem ter alguma prática de leitura de textos escolásticos vai ser um desastre (e a pessoa [que proceder assim] vai se dar muito mal). Em segundo lugar, pelo próprio estado em que estão os textos, a obra do Mário não é uma leitura prioritária para um estudante – ela é uma das últimas coisas que deverá ser estudada. Isto porque a obra do Mário não tem a força didática que o autor pretendia ter: ela é um sistema filosófico pronto, acabado, catedralesco, muito complexo; sobretudo, ela é um problema, em primeiro lugar, editorial e textual - ou seja, o sujeito não vai começar a sua vida de estudos tentando resolver o problema mais recente e mais difícil (seria o mesmo que começar a treinar boxe lutando com o Mike Tyson).

De fato, o Mário Ferreira não é leitura para qualquer um. A própria burrice que a *É Realizações* está fazendo mostra isto: são pessoas que mal saíram (ou que nem saíram ainda) da USP, e que querem se meter na [obra do] Mário, para refazer a investigação textual – coisa que não vão fazer: farão somente um monte de besteira.

Ademais, há um outro problema. O filósofo colombiano Nicolás Gómez Dávila disse, com muita razão, que a formação do filósofo não consiste só na formação da sua inteligência, mas na formação da sua alma – isto é coisa básica. E ontem mesmo eu estava vendo um vídeo do Jordan B. Peterson (que é sempre brilhante) em que ele diz que, em geral, este tipo de

expositor, que transmite a filosofia como se fosse uma coisa pronta, não incorporou as idéias à sua pessoa, e não as possui; ao contrário: elas o possuem, sendo ele apenas um autofalante que as repassa – e, com isto, cria-se um vício ([40:00] eu acho que toda a USP é assim, já que ali só se passa a filosofia pronta).

Quando as idéias são incorporadas à sua alma, você começa a perceber as coisas [da maneira como elas ensinam], mesmo que você as tenha esquecido. É como um sujeito que estudasse Nietzsche e se esquecesse de tudo, mas que começasse a ver as coisas como Nietzsche as veria se estivesse presente – isto é conhecer a filosofia de Nietzsche. Por isso mesmo que faço questão de expor as filosofias mediante exemplos que não estão presentes nas obras dos filósofos originários. Se vou ensinar Aristóteles, eu vou aristotelizar na frente do Aluno, mostrando como o filósofo faria se estivesse presente; aí sim houve assimilação, não só cognitivamente, mas em termos de valores humanos (isto é, se o que a pessoa está fazendo não só na sua vida intelectual, mas na sua vida em geral, envergonharia Aristóteles – é preciso pensar nisto).

Eu sugeri, como primeiro passo para esta formação da alma, o exercício do necrológio. Ou seja, o indivíduo terá de ver quem ele quer ser quando crescer, e, ao longo da sua vida, terá de refazer esta imagem (quer dizer, ele possui a imagem ideal que compõe de si mesmo, e, à luz dela, irá se julgar a si próprio). Por isso que digo que aquele exercício não é para ser mandado para mim, mas sim para o próprio indivíduo, que, periodicamente, verá se está se transformando naquilo que queria ser (portanto, naquilo que ele é profundamente), se está na filosofia para valer, ou se está se dispersando, virando uma criatura periférica, superficial, leviana, que está mais interessada em objetivos sociais, econômicos, eróticos, lúdicos.

Esta formação, para um confronto com o Mário, é absolutamente indispensável. E isto é justamente o que falta para essa gente que está dando palpites sobre o Mário – há muito palpiteiro ali (teve até um sujeito que disse que o Mário se inspirou nos enciclopedistas do século XVIII). Mas, no Brasil, esta irresponsabilidade, esta levandade, é quase obrigatória. No Brasil, qualquer conversa séria é considerada uma chatice, uma falta de educação (senão, sinal de doença mental); as pessoas se reúnem só para falar de futebol, de mulher, do custo de vida (falar mal dos políticos, admite-se um pouco – não muito). Eu não sei de onde isto vem, e seria o caso de estudar as suas origens na sociedade brasileira. Mas, evidentemente, temos de nos livrar disto para um confronto com o Mário, um homem mortalmente sério, que filosofava o dia todo (até quando estava dormindo), e que não fazia filosofia de vez em quando, nem a praticava profissionalmente (com horário e expediente, tendo de bater ponto, vestir guarda-pó, ser filósofo, e depois, retornando ao lar, voltar a ser o mesmo idiota de sempre³).

Aluno: Sertillanges dizia que Lavelle era o Platão do nosso tempo. De que modo o aspecto platônico do Mário Ferreira difere do de Lavelle? Há outra, além da diferença do aporte da experiência pessoal, no sentido agostiniano?

Olavo: Sertillanges disse isto em termos da grandeza filosófica total de Lavelle. Não se pode dizer que Lavelle é um platônico no sentido formal da coisa: ele tem muita influência de

³ Olavo: Isto me lembra aquele diálogo entre o Gugu (Professor Luiz Gonzaga de Carvalho Neto) e o primo, quando eram pequenos:

Gugu: - Vira homem!

Primo: - Não!

Gugu: - Vira homem, porque eu quero ser o Batman!

Primo: - Não!

Gugu (voltando para a mãe): - Mãe, me dá a chupeta que eu voltei a ser Gugu de novo.

Ou seja: no Brasil, as pessoas viram filósofas como o Gugu virava o Batman.

Platão, como tem de Aristóteles, de Santo Tomás de Aquino, e de toda a escola existencialista (há a influência de Kierkegaard, que está presente nele, embora raramente seja citado). Mas Sertillanges disse aquilo também pela força educativa de Lavelle – que tinha realmente esta força: o leitor é transformado pela leitura dos seus textos. Isto porque Lavelle está o tempo todo colocando o leitor diante da presença do ser e da presença do leitor no ser; portanto, a aquisição da consciência, cada vez mais clara, da presença do ser e das estruturas gerais da realidade acompanha a formação da alma do leitor o tempo todo – coisa que o Mário Ferreira não quer nem saber, não que ele não estivesse consciente desse problema, mas isto era tão distante da vocação dele (que era uma vocação de lógico e matemático) que o Mário nunca se preocupou com isto.

Assim, essa atribuição que Sertillanges faz do platonismo de Louis Lavelle não é uma atribuição propriamente filosófica, mas moral, no sentido de que Platão foi o grande educador da Antigüidade, e Lavelle é o grande educador do século XX, embora poucos tenham se beneficiado do seu influxo educacional. Para mim, Lavelle foi o apelo mais intenso que recebi para esta idéia da consciência pessoal e da consciência filosófica serem a mesma coisa. Nenhum outro filósofo me deu isto (nem Pascal, nem Santo Agostinho).

Aluno:: A confissão pode ser considerada como o desabafar com Nosso Senhor Jesus Cristo, pois é essa a impressão que tenho sobre ela dentro do curso?

Olavo: Certamente. Mas a confissão é a admissão permanente da nossa falha em realizar o nosso próprio ideal do eu. Léon Bloy disse que, de fato, a única mágoa humana é, no fundo, a de não ser santo – quer dizer, a vocação da santidade é, de certo modo, universal, e o homem continuamente falha neste propósito. É o confronto com a perfeição infinita, com o observador onisciente, que mostra ao indivíduo humano quem ele realmente é. No mais, são apenas opiniões que nós temos sobre nós mesmos – mas essas opiniões são passageiras.

Mas tudo isto depende de avaliar qual é o espelho no qual o sujeito se olha. Se esse espelho são as outras pessoas, o meio social, então a imagem do sujeito está esfarelada em mil estilhaços (são mil opiniões distintas a respeito dele, cuja imagem já não significará mais nada). Se o sujeito, por outro lado, espelha-se só em uma pessoa, ele se torna em uma espécie de pseudópodo desta pessoa; é o que acontece, por exemplo, durante a psicanálise, com o famoso fenômeno da transferência, em que o analista vira a própria imagem do Ser (ele é a realidade, o padrão), no qual o paciente se espelha (depois, o mesmo paciente terá de se livrar disto mediante a contratransferência, passando a achar que o seu analista é um vigarista, um idiota – quando, então, terminará a análise).

Aluno: Daria para colocar isto nos seguintes termos: seria a imperfeição perante o Primeiro e o Segundo Mandamentos?

Olavo: Claro, mandamentos que, no fundo, são tudo. “Amar a Deus sobre todas as coisas” – o primeiro e mais óbvio aspecto de Deus é que Ele é a Verdade. Mas qualquer idiota que defenda qualquer idéia acredita estar defendendo a verdade. Mas esta verdade resiste a um confronto com a verdade efetiva (a Verdade)? Por exemplo: o sujeito aprende a ouvir “os sussurros” do Espírito Santo? Aprende a saber quando está mentindo para os outros, quando está mentindo para si próprio? São Paulo diz que [50:00] é o Espírito Santo que nos revela os nossos pecados – quer dizer: nós não sabemos quais são os nossos pecados, e precisamos perguntar para o Espírito Santo quais são eles, e Ele nos diz. Assim, a pessoa acaba sabendo de coisas que não queria saber, mas que, agora, ela quer saber. Sem este teste, nunca a pessoa saberá quem ela é.

Por isso considero a confissão uma coisa absolutamente necessária. O sacramento da confissão é realmente um ato sagrado, em que a pessoa se coloca perante o próprio Deus. Para pessoas que têm uma concepção absolutamente infantil a respeito do que é religião (ela seria o culto do ou a fé em um ser supremo), [o sacramento da Confissão] não quer dizer absolutamente nada. Nenhum ser humano, de fato, conhece nenhum ser supremo. Agora, o próprio Deus criou alguns instrumentos para que o indivíduo faça pelo menos uma idéia longínqua do que é a ação Dele e a Presença Dele. Então, através dos sacramentos, o indivíduo acaba tomando consciência dessa ação, inclusive da ação miraculosa que se dá na sua vida (como uma relação de causa e efeito).

E, neste sentido, a confissão é o único método filosófico. Não a confissão no sentido sacramental, mas a sua preparação: o exame de consciência. Mas também é preciso fazer o exame de consciência com algum critério. Por exemplo, as coisas de que um sujeito se envergonha de fazê-lo se envergonha perante quem? Este é um problema: o sujeito poderá se envergonhar perante a opinião pública, perante os seus inimigos, perante os maliciosos, perante a mulher por quem ele está babando. Outro dia, eu estava lendo nas memórias do ator Robert Stack ele dizer: a gente, na primeira caçada na África, está como um sujeito apaixonado que teme fazer um gesto precipitado e estragar tudo. Eu nunca tive esta emoção na minha vida: se uma mulher não me quisesse, ela que fosse lamber sabão – eu ia procurar outra. Sempre fui assim; e media as mulheres pelo tanto que gostavam de mim: se elas gostam de mim, são legais; se não, elas não prestam (esse é um bom critério). Mas há outros sujeitos que não são assim: havia um sujeito apaixonado por uma aluna lindíssima, que ficou três anos para chegar na garota (ele nem prestava atenção na aula); no fim, casou com ela, passou uns anos e se separou – quer dizer: era tudo uma ilusão evidentemente. Mas isto mostra que um sujeito pode temer ser julgado pela mulher que deseja, por pessoas que são muito piores do que ele (e que nada sabem dele). Mas é isto o que se deve fazer? Portanto, nós não temos outra referência: não adianta o psiquiatra, o analista, os vizinhos, a mulher, a mãe, a avó, a tia – não adianta: é só o Espírito Santo que revela ao indivíduo os seus pecados. E isto já me aconteceu: vou na Igreja, confesso o pecado, o qual, passados vários anos, eu consigo entender que raio de coisa era ele. Primeiro, confessei porque quis; na segunda vez, o Espírito Santo explicou o que era.

Transcrição: Eduardo Chaves Bueno